
Brasília, Câmara dos Deputados
Subcomissão sobre o Sistema Nacional de
Educação (SNE)
10 de julho de 2025

Tema em debate - mudanças nas políticas públicas educacionais em vigor

- Pergunta-se: tal como concebido, um Sistema Nacional de Educação representaria
 - um AVANÇO EFETIVO na coordenação das políticas públicas educacionais ou
- Ou se tende a:
 1. COMPROMETER A AUTONOMIA dos entes federativos,
 2. DIFICULTAR INOVAÇÕES locais e
 3. promover uma UNIFORMIZAÇÃO EXCESSIVA das diretrizes educacionais no país.

Para responder, é preciso ter uma visão mais ampla da política educacional no Brasil

- Como regra, toda política pública implica em custos e benefícios para a sociedade, em geral, para setores específicos em detrimento de outros
- A política educacional impacta muitos grupos de interesse: alunos, suas famílias e representantes legais, professores e demais profissionais da educação, sindicatos docentes, acadêmicos, fornecedores de infraestrutura e manutenção, produtores de material educativo e didático, além de outros insumos como transporte escolar, merenda etc.
- **No Brasil, a política educacional ANTAGONIZA o interesse dos alunos e de suas famílias, com os dos demais grupos, quando deveria HARMONIZAR**

A visão mais ampla precisa responder a estas perguntas

- **É possível dizer que, no Brasil, os gastos educacionais têm os alunos como foco e que esses são realmente beneficiados?**
- **O SNE contribuirá para que o aluno tenha seu direito a educação finalmente garantido?**

Alunos que não aprendem (no Brasil, a grande maioria) são o álibi perfeito . . .

- Frente ao histórico de incapacidade educacional de nossos sistemas educacionais, é possível afirmar que a **clientela** das políticas e, principalmente, **dos gastos** com educação claramente não são os alunos, que praticamente não usufruem nem de seu direito mais **elementar** a educação, ou seja:
 - Aprender a se comunicar, de forma efetiva, na língua oficial de seu território civil; a ler o mundo usando instrumentos matemáticos elementares como as 4 operações aritméticas, a geometria e a leitura e tabulação de dados; além de localizar-se no espaço geográfico para além de seu próprio corpo e território e no tempo histórico, para além de sua existência.

... Para que setores organizados da sociedade apropriem-se de recursos e poder

- Frente a outra observação histórica, a do desenvolvimento de:
 1. distribuição de gastos e de
 2. capacidade de representação de interesses neste CN
- É possível afirmar que os verdadeiros beneficiados pelas políticas educacionais no Brasil são
 1. os sindicatos docentes (seus controladores),
 2. acadêmicos das universidades públicas e
 3. fornecedores (de infraestrutura e material, principalmente)
 4. ONGs que representam, de forma velada, os interesses acima

Políticas educacionais eficazes que fazem os alunos aprenderem contam com:

- **Currículo** altamente especificado e ambicioso (Pirls e TIMMS permitiram alta convergência entre normativas curriculares COM BASE EM DISCIPLINAS em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como Chile e asiáticos)
- **Livros** e material didático produzidos com base em ciência cognitiva, que combina a especificação curricular com potentes elementos de didática
- Formação de **capacidade didática** para docentes e famílias que convergem suas obrigações para com o aprendizado dos alunos
- **Sistemas de avaliações formativas e somativas** que permitam correções de rumo e compensações tempestivas e eficazes

O PL do SNE (e o do PNE) não respeita essa estrutura

- Países desenvolvidos e democráticos NÃO NECESSITAM de de sistemas educacionais integrados de forma concentrada e autoritária (ou de planos plurianuais de educação), mas dos elementos citados anteriormente, combinados com autonomia didática para implementar um currículo ambicioso baseado em disciplinas
- Por exemplo, federações como EUA ou Reino Unido podem optar por seguir ou não o que propõe o Governo Central, por que contam mais o aprendizado conjunto e as parcerias específicas **EXATAMENTE como já funciona no nosso Regime de Colaboração**, que a regulamentação excessiva, mesmo que, ao final da educação básica, haja provas unificadas de admissão para o ensino superior, como A-Levels, SAT (Scholastic Aptitude Test) e até mesmo o IB (International Baccalaureate), aplicado em escala mundial.

Não nos enganemos

- O SNE não é necessário para desenvolver a educação no Brasil e, na forma como foi proposto, materializaria o domínio da CNTE e CUT sobre a educação brasileira, por meio do controle do Fórum Nacional de Educação e da Conae.
- Por exemplo:
 - “Art. 13º, § 3º Os sistemas de ensino têm os **Fóruns de Educação** como órgãos consultivos, de proposição, planejamento, mobilização e articulação da política de educação com a sociedade, instituídos por regulamento específico de cada ente federado.”

SNE (e PNE) são desenhados para o bem de sindicatos e de fornecedores

- De forma paralela ou complementar, essas duas normativas são poderosíssimas para avançar a estratégia de **aumento** permanente e do controle **dos recursos da educação** e **atrofia das mentes** das gerações futuras
- O binômio aumento infinito de gastos, sem especificação de desempenho é a base dessa estratégia, que está para ser aprofundada por meio desses dois PLs

Antídoto

- É primordial especificar o desempenho dos alunos de forma objetiva e sustar imediatamente a diluição curricular que substitui o aprendizado de disciplinas escolares, cânones e conceitos estruturados em nível mundial, como Matemática, Gramática, Geometria, Estatística etc. por (por exemplo) agendas identitárias fluidas, que não concorrem para estruturar o raciocínio de nossas gerações futuras.
- Se achávamos que a BNCC era o máximo da diluição curricular, conheçam a Resolução dos Itinerários Formativos do Ensino Médio

BNCC x Resolução CNE/CEB Nº 4, DE 12 DE maio DE 2025

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO (BNCC pg. 490)

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICOS DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS (Resolução em análise)

1. Aplicar métodos investigativos e analíticos na compreensão crítica dos processos de produção, circulação e recepção das diversas formas de linguagem (verbal, visual, corporal, multimodal e digital), reconhecendo-as como fenômenos socio-histórico-culturais e político-econômicos, mobilizando conhecimentos interdisciplinares para avaliar e utilizar os discursos e as práticas sociais da linguagem, promovendo autonomia na produção e interpretação de sentidos para a na democratização dos saberes.

2. Desenvolver o senso estético ampliando o repertório cultural para reconhecer, valorizar e fruir manifestações artísticas, discursivas e culturais como expressões identitárias e históricas nos campos artístico-literário e midiático, analisando criticamente suas relações com os contextos sociais e evidenciando as contribuições de grupos historicamente marginalizados na construção de performances narrativas e das artes, promovendo a diversidade, a equidade e os Direitos

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO (BNCC pg. 490)	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICOS DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS (Resolução em análise)
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.	3. Utilizar, de maneira autônoma, ética e responsável, as diferentes linguagens (artísticas, corporais, verbais, multimodais e digitais) como instrumentos de mediação e intervenção social mobilizando conhecimentos sobre práticas discursivas e linguísticas para promover o diálogo intercultural, a justiça social e os Direitos Humanos e para fortalecer a participação cidadã.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.	4. Reconhecer as manifestações da cultura corporal de movimento e os sentidos e significados do corpo humano e das práticas corporais na área de Linguagens e suas Tecnologias nos campos da vida pessoal e da vida pública, compreendendo-as como expressões culturais e identitárias, mobilizando conhecimentos interdisciplinares e recursos tecnológicos, promovendo inclusão social, sustentabilidade e convivência democrática.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.	5. Mobilizar práticas de linguagem, apropriando-se das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para ampliar as formas de comunicação, produção e compartilhamento de conhecimentos, promovendo produções autorais que articulem criatividade, estética, responsabilidade social e inovação tecnológica, promovendo a democratização do saber, a participação cidadã e a fruição de bens culturais materiais e imateriais.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO (BNCC pg. 490)	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICOS DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS (Resolução em análise)
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.	6. Aplicar estratégias de comunicação nos campos da vida pessoal, das práticas de estudo e pesquisa e da vida pública para mobilizar conhecimentos linguísticos, discursivos e culturais, articulando autoconhecimento e consciência política e intercultural nas relações sociais e de trabalho, promovendo o diálogo, a inclusão e a valorização da diversidade linguística e cultural.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva	

Resumo. Na forma como foi proposto, o SNE

1. COMPROMETE A AUTONOMIA dos entes federativos,
2. DIFICULTA INOVAÇÕES locais e
3. promove uma UNIFORMIZAÇÃO EXCESSIVA das diretrizes educacionais no país. Além de:
4. Combinada com o PNE, conforme proposto pelo Governo Federal, faz avançar a estratégia de **aumento** permanente e do controle **dos recursos da educação** e **atrofia das mentes** das gerações futuras. É uma pá de cal na já moribunda política educacional brasileira